



MEIO AMBIENTE

COP30 em Belém, sem um Plano B

Apesar das queixas sobre alto preço da hospedagem, governo brasileiro confirma realização do evento na capital paraense

» ALÍCIA BERNARDES
» GABRIEL BOTELHO

A 100 dias da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), a cidade de Belém, no Pará, vive uma crise hoteleira que ameaça a permanência do evento na capital amazônica. O aumento expressivo nos preços de hospedagem, com diárias que chegam a custar até 10 vezes mais durante o período da conferência, tem provocado reações negativas de delegações internacionais, especialmente de países do Sul Global, que consideram inviável a participação com equipes completas diante dos custos elevados.

Presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago se manifestou duas vezes esta semana sobre o problema, que ganhou repercussão no meio diplomático, nas redes sociais e na mídia. “Quero deixar bem claro que a COP vai ser em Belém, o encontro de chefes de Estado vai ser em Belém, e não há nenhum plano B”, disse o diplomata ontem.

Côrrea do Lago mencionou que as queixas vêm principalmente de representantes de países em desenvolvimento. “A demanda é que os quartos têm que estar entre US\$ 50 e US\$ 70 para eles irem à COP. Há centenas de quartos de hotel nessa faixa de preço, mas para os dias da COP, os números estão muito mais altos”, relatou o presidente da COP30. “Queremos uma COP inclusiva, com todos os países membros. A ausência dos países mais pobres comprometeria a legitimidade da conferência”, acrescentou.

O setor hoteleiro reconhece os aumentos, mas responsabiliza as plataformas digitais, como Airbnb, pelos valores considerados abusivos. O presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio, afirmou ao **Correio** que os hotéis tradicionais foram pressionados a elevar os preços após a explosão das tarifas praticadas em casas e apartamentos alugados por aplicativos. “Os valores indecentes partiram das plataformas de hospedagem, não dos hotéis. Muitos deles já haviam fechado contratos com delegações e estão cumprindo os acordos”, justificou.

Segundo Sampaio, o setor participou de reuniões com o governo federal e chegou a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual se comprometeu a oferecer 20% da capacidade instalada com tarifas controladas. “Os hotéis entregaram quartos a preços

Arthur Sobral/SECOM



Obras da Nova Doca, em Belém: a 100 dias COP30, setor hoteleiro afirma que infraestrutura permanece um desafio para sediar a conferência

definidos para países em desenvolvimento e ONGs, mas a capacidade hoteleira da cidade é limitada, e os demais quartos já estavam negociados. Não há má-fé, há falta de estrutura”, afirmou.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará (ABIH-Pa) reforçou, em nota enviada ao **Correio**, que disponibilizou 500 apartamentos a preços subsidiados para delegações mais vulneráveis. Meta-de das unidades, segundo a associação, foi oferecida por US\$ 100 — valor abaixo do praticado em eventos semelhantes — e a outra metade, por valores entre US\$ 200 e US\$ 300. Segundo a entidade, parte da confusão decorre da ausência da plataforma oficial de hospedagem prometida pela Secretaria da COP30 desde o início do ano. A fermentação foi lançada apenas na última quinta-feira, o que, segundo o setor, tumultuou as reservas e prejudicou a organização.

Para Antonio Santiago, presidente da ABIH-Pa, os valores praticados em Belém são compatíveis com grandes eventos internacionais, e os exageros pontuais tendem a se ajustar conforme o mercado. “A lei de oferta e demanda é global. Os hotéis que exagerarem ficarão com unidades ociosas. Já começamos a rever

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência



Côrrea do Lago: pressão de delegações para mudar local do evento

tarifas e a disponibilizar novos apartamentos”, afirmou. Segundo ele, a interlocução com o governo estadual, especialmente com a vice-governadora Hana Ghassan, tem sido fundamental para encontrar saídas.

A crise ganhou destaque internacional após o embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP30, afirmar publicamente que alguns países manifestaram o desejo de transferir o evento para outra cidade devido aos altos

preços em Belém. Durante participação em evento da Associação de Correspondentes Estrangeiros, na quinta-feira, Corrêa do Lago alertou para a insatisfação de delegações que se sentem excluídas diante da elevação das tarifas. “Talvez os hotéis não estejam se dando conta da crise que estão provocando”, declarou. O diplomata ressaltou que, embora o governo brasileiro esteja mobilizado para encontrar soluções,

não há instrumentos legais para impor preços aos hotéis privados. O braço da ONU responsável pelas negociações climáticas (UNFCCC) realizou, na última terça-feira, uma reunião de emergência sobre o tema. Representantes brasileiros prometem apresentar soluções até 11 de agosto. O presidente do grupo de negociadores africanos, Richard Muyungi, confirmou a pressão por respostas mais eficazes. “O Brasil tem muitas opções. Estamos pressionando por garantias reais, não pela redução de delegações”, afirmou.

A movimentação preocupou autoridades locais e nacionais. O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, saiu em defesa da realização da COP30 em Belém. Em entrevista coletiva nesta semana, ele reconheceu os desafios, mas ressaltou que a conferência é uma oportunidade de mostrar ao mundo que a Amazônia não é só floresta, mas também abriga centros urbanos com seus próprios problemas.

“O Rio também enfrentou críticas antes das Olimpíadas, mas entregamos um grande evento. A COP precisa continuar em Belém”, declarou. Paes também sugeriu que

outras capitais, como Brasília, São Paulo e Salvador, acolham eventos paralelos à conferência principal.

Apesar do impasse, a expectativa do setor é de que a situação se estabilize com a operação da plataforma oficial da ONU — lançada ontem — e com a entrada em funcionamento de novos hotéis e navios-hotel até o evento. Mas, ontem, a plataforma apresentou instabilidade.

Para Alexandre Sampaio, a principal vulnerabilidade da sede da COP30 está na infraestrutura urbana e nos serviços básicos. “Belém é muito aquém dos padrões internacionais de saneamento e qualidade de vida. Isso pode afetar a imagem do Brasil. Mas não é a hotelaria que compromete a COP, é a condição da cidade”, avaliou.

A conferência está marcada para novembro de 2025 e será a primeira da história realizada na Amazônia. O governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente e da Casa Civil, reafirmou o compromisso com a realização do evento em Belém, destacando seu valor simbólico e estratégico no combate às mudanças climáticas. O **Correio** entrou em contato com o governador do Pará, Helder Barbalho, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Diária de R\$ 7 mil

Em meio ao debate, é possível identificar a inflação de eventos internacionais. Na capital paraense, o Hotel COP30 vai cobrar uma diária quase 30 vezes maior do que o valor atual durante o período da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025.

Os preços cobrados pelo local para a reserva de um quarto impressionam. Segundo valores ofertados pelo site especializado ‘Booking.com’, uma diária para 10 de novembro — abertura da conferência — custa R\$ 7 mil para um quarto simples. Ontem, o valor da diária era de R\$ 235.

Ao **Correio**, o hotel informou que os preços das diárias — já disponíveis para buscadores de serviços de hotelaria — ainda são estudados. “Ainda não podemos comentar sobre, pois os valores não estão fechados. Estamos em reunião para definir a questão, e, por isso, não podemos comentar”, informou um funcionário do estabelecimento. Ele não quis se identificar.

O Hotel COP30 está localizado a três quilômetros do centro da cidade, e a 12,2 quilômetros do Hangar Convenções e Feiras da Amazônia, onde ocorrerá a conferência.

QUESTÃO DE GÊNERO

Professora deixa evento após críticas à linguagem neutra

» ALINE GOUVEIA

Tema controverso na sociedade brasileira, o uso da linguagem neutra provocou um desentendimento em Cuiabá na última quarta-feira. Convidada para a 15ª Conferência Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) na capital mato-grossense, a doutora em saúde pública Maria Inês da Silva Barbosa se retirou do evento após o prefeito Abílio Brunini (PL) reclamar do uso de pronome neutro durante a apresentação dela.

Abílio classificou o uso da

linguagem inclusiva como “doutrinação ideológica”. A professora rebateu na sequência, afirmando que a utilização do pronome seria uma forma de tratar pacientes de forma igualitária. O prefeito afirmou que não vai aceitar “instruir a política pública com foco numa militância partidária ou ideológica, colocando pronome neutro na linguagem”.

Em nota, o Conselho Nacional de Saúde disse que Maria Inês foi “vítima de desrespeito e cerceamento”. “A tentativa de silenciar a professora Maria Inês, sob

o pretexto de ‘doutrinação ideológica’, fere os valores do SUS e a própria Constituição Federal, que garante a saúde como direito de todas as pessoas, sem exclusões, sem discriminação, sem racismo”, declarou a instituição.

“Tamanha atitude autoritária, desferida por um representante democraticamente escolhido pelo povo, revela um profundo desconhecimento sobre o papel do SUS e da participação social como instrumento democrático. Instrumento, aliás, tão democrático quanto o poder do voto que elege prefeitos municipais”, acrescentou o CNS.

Decisão do STF

O uso de linguagem neutra, sem designação de gênero masculino

ou feminino, é objeto de diversas ações judiciais no Supremo Tribunal Federal. Em maio, a Corte invalidou norma do governo de Santa Catarina que proibia o uso de linguagem neutra em escolas e órgãos públicos estaduais.

O STF acompanhou, por unanimidade, o voto do ministro Nunes Marques, relator da ADI 6925. De acordo com Nunes Marques, o STF considera que tanto a proibição do uso de determinada modalidade da língua portuguesa como sua imposição ferem a Constituição Federal.

Para Nunes Marques, qualquer tentativa estadual ou municipal de impor mudanças ao idioma por meio de disposição normativa, como se a língua pudesse ser moldada mediante decreto, será ineficaz.

Divulgação/Rennan Oliveira/Prefeitura de Cuiabá



Maria Inês e Abílio Brunini: prefeito de Cuiabá repudiou “doutrinação”